

Condições Gerais de Participação no Feirão de Negócios

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO VALE DO RIO PARDO- SICREDI VALE DO RIO PARDO-RS, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.424.891/0001-10, com sede na Rua Rubem Guilherme Kaempf, nº 11, Bairro Germânia, Santa Cruz do Sul-RS, doravante simplesmente denominada SICREDI, disponibiliza aos seus associados, pessoas físicas e jurídicas, que queiram participar dos feirões de negócios do SICREDI, o seguinte contrato, por adesão, o qual se regerá pelas cláusulas e condições abaixo:

1. O objeto desse contrato consiste na adesão aos feirões de negócios promovidos pela Cooperativa Sicredi Vale do Rio Pardo-RS.
 - 1.1 Os feirões irão ocorrer nos dias e horas designados pelo SICREDI, e na área de atuação da Cooperativa, conforme previsto em seu Estatuto Social.
 - 1.2 A adesão dar-se-á pela assinatura do Termo de Adesão pelo CONTRATANTE qualificado no quadro resumo, podendo ser de forma física (a punho), eletrônica ou digital.
 - 1.3 O presente contrato constitui acordo integral entre as partes, substituindo todos os contratos, convênios, acordos, propostas, declarações e outros eventuais entendimentos anteriores sobre os serviços ora contratados, verbais ou escritos, que são extintos por este instrumento
 - 1.4 Este instrumento será disponibilizado no site oficial da instituição: www.sicredivaledoriopardors.com.br, na aba Documentos e Relatórios, podendo ser acessado a qualquer tempo pelos CONTRATANTES.
2. O SICREDI atuará como mero facilitador dos negócios dos CONTRATANTES, disponibilizando o local e a estrutura adequada para que os CONTRATANTES possam ofertar os seus produtos à potenciais clientes.
 - 2.1 Não será cobrada nenhuma taxa de participação no evento dos CONTRATANTES, contudo, eventuais despesas para sua presença no evento deverão ser custeadas por si próprio.
 - 2.2 É vedado a divulgação de qualquer outra concorrente do SICREDI como financiadora da aquisição dos bens objeto de venda dos feirões.

2.3 O local de instalação dos CONTRATANTES na feira será previamente definido pelo SICREDI, através de sorteio ou outro critério previamente estabelecido.

2.4 O SICREDI se reserva no direito de cancelar e/ou transferir o evento, a qualquer tempo, bem como deixar de realizá-lo em caráter definitivo.

3. Os CONTRATANTES declaram ser legítimos proprietários ou possuírem autorização expressa dos proprietários dos bens que ofertarem no feirão.

3.1 Os CONTRATANTES comprometem-se a vender bens em perfeito estado de conservação, oferecendo garantia da compra aos interessados.

3.2 Os CONTRATANTES eximem o SICREDI de toda e qualquer responsabilidade advinda de vícios ou defeitos dos bens que forem objeto de compra e venda no feirão.

3.3 Caso o SICREDI seja demandado judicialmente, comprometem-se a alegar a ilegitimidade passiva da instituição e, caso reconhecida a responsabilidade solidária, arcar com todos os custos decorrentes da condenação, inclusive, custas e honorários.

3.4 O CONTRATANTE declara não estar proibido contratualmente em virtude de cláusula de exclusividade de participar de eventos que se enquadrem no objeto desse contrato.

4. Os tributos devidos constituem ônus de responsabilidade do contribuinte, conforme definido na legislação tributária, devendo, quando houver previsão legal, a CONTRATANTE recolhê-los na forma da legislação aplicável.

5. Este Contrato não estabelece vínculo ou relação de emprego com os empregados, prepostos ou subcontratados da CONTRATANTE. A CONTRATANTE assume todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, civis, fiscais ou securitárias existentes entre ela e o(s) profissional(is) prestador(es) dos Serviços, que desempenharem mão de obra no feirão.

5.1 Caso o SICREDI seja acionado judicialmente em razão do objeto desse contrato, a CONTRATANTE deverá requerer a exclusão do SICREDI em todas as instâncias e ressarcimento de toda e qualquer despesa relacionada a processos administrativos ou judiciais (incluindo honorários e custas processuais), bem como ressarcir o SICREDI de eventual condenação, relacionada a este Contrato

6. As Partes obrigam-se a cumprir todas as normas e exigências legais relativas à: a) política nacional do meio ambiente, emanadas das esferas Federal, Estadual e Municipal; b) normas de segurança e Medicina no Trabalho; c) convenções e acordos trabalhistas.
 - 6.1 As Partes reconhecem a importância de práticas inclusivas e não discriminatórias negativas, obrigando-se a adotar políticas inclusivas, que promovam a diversidade e equidade, disseminando-as entre seus empregados e fornecedores.
 - 6.2 As Partes se comprometem a não contratar mão de obra que envolva exploração de trabalhos forçados ou infantil, exigindo a adoção desta prática também por seus fornecedores.
7. A CONTRATANTE, quando aplicável, observará: a) a adoção de política de sustentabilidade ou responsabilidade social, ambiental e climática, devidamente disseminada entre seus empregados e fornecedores; b) a adoção de uma gestão sustentável do seu negócio e de sua cadeia de fornecimento, primando por entregar produtos e serviços de qualidade com o menor impacto ambiental possível, utilizando os princípios da economia circular; c) a observância e contribuição, a partir de seu negócio, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.
 - 7.1 A CONTRATANTE obriga-se a observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, suas Afiliadas, Colaboradores e Prepostos (diretores, membros do conselho da administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviços) toda e qualquer Lei Anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/13, o Decreto nº 8.420/2015, bem como a Lei nº 9.613/1998 e Lei nº 12.683/2012, conforme aplicável, bem como abster-se de praticar quaisquer atos de corrupção ou que violem a legislação mencionada.
 - 7.2 A CONTRATANTE obriga-se a manter políticas e procedimentos internos que assegurem o cumprimento integral da legislação de prevenção à corrupção, disseminando estes documentos aos seus colaboradores e prepostos.
 - 7.3 A CONTRATANTE deverá comunicar imediatamente ao SICREDI, qualquer situação envolvendo a CONTRATANTE e seus prepostos, caso venham a ser citados e/ou envolvidos/relacionados com os crimes financeiros amparados pela legislação mencionada na cláusula 7.1., ou que tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole as normas referidas na cláusula 7.1.
 - 7.4 O SICREDI poderá rescindir o Contrato, sem incidência de quaisquer multas ou indenização, caso a CONTRATANTE, ou pessoa relacionada à CONTRATANTE, seja cadastrada nas listas do Portal de Transparência do Governo Federal, quais sejam: (i)

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); e (ii) Cadastro Nacional das Empresas Punidas (CNEP).

8. No presente Contrato, o SICREDI atuará como Controlador de dados, definindo as finalidades e as instruções sobre do tratamento de dados pessoais a serem obedecidas realizado pelo Operador de dados (o contratante”), que deverá cumprir a Lei Federal nº 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, realizando o tratamento de dados pessoais com o propósito exclusivo de cumprir as suas obrigações contratuais, devendo e em especial:

- a) Possuir estrutura para atender solicitações dos titulares de dados pessoais;
- b) Adotar as melhores práticas de tecnologia e segurança da informação para garantir a segurança dos dados pessoais, possuindo Plano de Prevenção e Resposta a Incidentes com vazamento de dados e Comitê de Gestão de Crises, ambos ativos e operantes;
- c) Registrar todas as operações de tratamento de dados realizadas em razão deste Contrato, e compartilhá-las com o SICREDI, em até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação;
- d) Notificar a SICREDI em até 24 (vinte e quatro) horas após a ciência de incidente envolvendo dados pessoais, apresentando, no mínimo, as informações elencadas no art. 48 da LGPD;
- e) Obter anuência prévia e por escrito da CONTRATANTE para qualquer subcontratação ou compartilhamento para terceiro de dados pessoais objeto deste Contrato, garantindo a submissão desse terceiro às mesmas obrigações da CONTRATADA;
- f) Imediatamente ao final da vigência do Contrato, excluir todo e qualquer dado pessoal acessado através da CONTRATANTE.

8.1 A CONTRATANTE isentará o SICREDI de qualquer demanda administrativa, judicial ou extrajudicial relacionada ao descumprimento das obrigações da CONTRATANTE no que se refere ao tratamento de dados pessoais, cabendo exclusivamente à CONTRATANTE ressarcir quaisquer quantias que, eventualmente, o SICREDI seja obrigado a desembolsar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após ter sido interpelada extrajudicialmente pelo SICREDI.

9. O SICREDI, a seu critério e a qualquer tempo, poderá alterar este contrato, desde que observadas as seguintes condições:

- I- Eventuais alterações deverão ser averbadas a margem do registro do contrato, cuja nova versão deverá ser anexada ao site constante na cláusula 1.4.
- II- As alterações deverão ser previamente informadas aos CONTRATANTES, mediante o envio de comunicação por e-mail constante na qualificação do termo de adesão.

9.1 Caso o contratante não concorde com as alterações procedidas, deverá, no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento do comunicado, rescindir o contrato, mediante envio de solicitação escrita. A ausência de manifestação no prazo assinalado, será considerada como total aceitação das alterações ocorridas.

9.2 O contrato poderá ser alterado, independentemente de comunicação prévia, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências legais ou normativas.

10. Eventuais tolerâncias quanto ao descumprimento de condições desse contrato ou não exercício dos direitos deles decorrentes, não constituirão renúncia a tais disposições, sendo facultado ao SICREDI exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

10.1 As Partes resolverão eventuais divergências, omissões ou ambiguidades na interpretação ou no cumprimento deste Contrato, com base nos princípios da boa-fé, probidade, equidade, razoabilidade e economicidade. Salvo quando claramente impedido pela natureza do conflito, as Partes obrigam-se a continuar cumprindo suas respectivas obrigações nos termos deste Contrato enquanto um conflito estiver sendo dirimido.

10.2 As partes elegem o Foro da Comarca da parte demandada como o competente para dirimir eventuais conflitos decorrentes do objeto desse contrato.

Santa Cruz do Sul, 25 de janeiro de 2022